

Boletim nº 190 – 25/7/2018

Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED

Este boletim consiste na seleção periódica de julgados do Órgão Especial, da Seção Cível, das Câmaras Cíveis e Criminais do TJMG. Apresenta também decisões e súmulas provenientes dos Tribunais Superiores.

As decisões tornam-se oficiais somente após a publicação no *Diário do Judiciário*. Portanto, este boletim tem caráter informativo.

SUMÁRIO

Órgão Especial do TJMG

Incidente de inconstitucionalidade – Objeto já decidido pelo Supremo Tribunal Federal – Irrelevância

Lei municipal – Corpo de bombeiros civil – Unidade de combate – Manutenção em estabelecimentos – Obrigatoriedade

Câmaras Cíveis do TJMG

Ação civil pública – ECA – Internação – Permanência em cadeia pública – Ingerência do Judiciário no Poder Executivo

Execução fiscal – Dissolução irregular de pessoa jurídica – Redirecionamento em face dos sócios – Início do prazo prescricional

Indenização – Danos morais – Abuso de autoridade – Uso de algemas – Exercício regular do direito – Estrito cumprimento do dever legal

Inexistência de débito c/c indenização por danos morais – Anúncio publicitário – Contrato – Assinatura – Funcionário – Teoria da aparência

Art. 51 do Provimento Conjunto nº 15/2010 – Justiça gratuita – Autodeclaração de insuficiência de recursos

Prova do pagamento – Ônus do devedor – Benfeitorias – Compensação

Câmaras Criminais do TJMG

Soberania dos vereditos – Decisão proferida pelo Conselho de Sentença – Tese recursal contrária às provas - Afastamento



Advogado – Ausência de intimação – Preliminar – Rejeição - Decisão meritória favorável

Roubo – Emprego de arma branca – Lei nº 13.654/18 – Decote da majorante – *Novatio legis in melius*

Resistência – Disparo de arma de fogo – Consunção

EMENTAS

Órgão Especial do TJMG

Direito constitucional – Estacionamento - Fração

Incidente de inconstitucionalidade – Objeto já decidido pelo Supremo Tribunal Federal – Irrelevância

Ementa: Incidente de inconstitucionalidade. Preliminar. Matéria já decidida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal. Irrelevância do incidente.

- Revela-se irrelevante o incidente de inconstitucionalidade quando a matéria que lhe constitui objeto já fora decidida pelo Supremo Tribunal Federal consoante preconiza o art. 297, § 1º, IV, do RITJMG e precedente jurisprudencial pertinente.

- Incidente de inconstitucionalidade instaurado em face do art. 245, *caput*, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.616/03, do Município de Belo Horizonte, que estabelece a obrigatoriedade do estabelecimento comercial dedicado à atividade de estacionamento que presta serviço por tempo decorrido tomar como fração, para fins de cobrança, o tempo de 15 (quinze) minutos.

- "O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a regulação de preço de estacionamento é matéria de direito civil, inserindo-se na competência privativa da União para legislar (CF/88, art. 22, I)." (STF, ADI 4008, Relator Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, j. em 8/11/2017, acórdão eletrônico DJe-291 divulg 15/12/2017, public 18/12/2017).

- Existindo precedente do plenário do Supremo Tribunal Federal acerca da questão constitucional discutida no feito em que suscitado o presente incidente, o próprio órgão fracionário pode, se for o caso, declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da norma sem que isso implique ofensa à cláusula do *full bench*.

- Ressalta-se ainda que, nos termos da jurisprudência da Excelsa Corte sobre a desnecessidade de observância do art. 97 da Lei Maior, "[...] não é necessária identidade absoluta para aplicação dos precedentes dos quais resulte a declaração de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade. Requer-se, sim, que as



matérias examinadas sejam equivalentes". (STF, AI 607616 AgR, Relator Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, j. em 31/8/2010, DJe-185 divulg 30/9/2010 public 1º/10/2010 ement vol-02417-07 p.01451).

- "Possibilidade de reconhecimento de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelos órgãos fracionários dos Tribunais, com base em julgamentos do plenário ou órgão especial que, embora não guardem identidade absoluta com o caso em concreto, analisaram matéria constitucional equivalente [...]." (STF, RE 571968 AgR, Relator Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, j. em 22/5/2012, acórdão eletrônico DJe-109 divulg 4/6/2012 public 5/6/2012).

- Incidente de inconstitucionalidade do qual não se conhece, *in casu* (TJMG – [Arguição de Inconstitucionalidade 1.0024.13.365176-0/002](#), Rel. Des. Belizário de Lacerda, Órgão Especial, j. em 4/7/2018, p. em 13/7/2018).

Direito Constitucional – Combate a incêndio – Primeiros socorros

[Lei municipal – Corpo de bombeiros civil – Unidade de combate – Manutenção em estabelecimentos – Obrigatoriedade](#)

Ementa: incidente de inconstitucionalidade. Lei nº 4.686/2014 do Município de Contagem. Lei que prevê a obrigatoriedade de manutenção de uma unidade de combate a incêndio e primeiros socorros composta por corpo de bombeiro civil nos estabelecimentos que menciona. Afronta à Constituição estadual evidenciada.

- A Lei nº 4.686/2014 do Município de Contagem, ao obrigar diversos estabelecimentos a manter um Corpo de Bombeiro Civil, regulamentando as normas técnicas a serem observadas na prevenção e combate a incêndios, invadiu a competência funcional constitucionalmente atribuída ao Corpo de Bombeiro Militar e acabou por criar um novo órgão executor da segurança pública, não enumerado no texto constitucional, ofendendo, com isso, as normas dos arts. 136, I, II e III e 142, II, da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do art. 144, I a V, § 5º e 8º, da Constituição da República Arg Inconstitucionalidade nº 1.0000.15.043041-1/004. (TJMG - [Arguição de Inconstitucionalidade 1.0000.15.043041-1/004](#), Rel. Des. Evandro Lopes da Costa Teixeira, Órgão Especial, j. em 20/6/2018, p. em 12/7/2018).

Câmaras Cíveis do TJMG

[Processo Cível - Direito Administrativo – Direito da criança e do adolescente – Ação civil pública](#)

[Ação civil pública – ECA – Internação – Permanência em cadeia pública – Ingerência do Judiciário no Poder Executivo](#)

Ementa: Constitucional. Administrativo. Ação civil pública com preceito cominatório. Direito da criança e do adolescente. Medida socioeducativa de internação. Permanência em cadeia pública. Impossibilidade. Alegação de falta de



vaga. Improcedência. Local adequado. Paradigmas do ECA e finalidades da medida. Sentença mantida.

- A medida socioeducativa de internação deve ser cumprida pelo menor em estabelecimento próprio, no qual seja oportunizado seu desenvolvimento pessoal, escolarização, profissionalização e realização de atividades culturais, esportivas e de lazer, não sendo razoável que permaneça em cadeia comum por prazo superior ao estabelecido no art. 185 do ECA.

- Nos termos do art. 185, § 2º, do ECA, "sendo impossível a pronta transferência, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, sob pena de responsabilidade".

- É obrigação do Estado disponibilizar vagas para que os adolescentes em conflito com a lei cumpram a medida socioeducativa em estabelecimento adequado.

- Não há ingerência indevida do Poder Judiciário sobre a forma discricionária de agir do Poder Executivo, senão a atuação direcionada ao cumprimento da lei que protege os interesses do adolescente (TJMG - [Apelação Cível 1.0352.14.000619-3/002](#), Rel. Des. Alberto Vilas Boas, 1ª Câmara Cível, j. em 9/7/2018, p. em 17/7/2018).

Processo Cível - Direito Processual Civil - Execução fiscal - Redirecionamento em face dos sócios - Prescrição

Execução fiscal – Dissolução irregular de pessoa jurídica – Redirecionamento em face dos sócios – Início do prazo prescricional

Ementa: Agravo de instrumento. Execução fiscal. Redirecionamento em face dos sócios. Pessoa jurídica ativa. Dissolução irregular após ajuizamento da execução. Prazo prescricional. Início a partir da dissolução irregular. Princípio da *actio nata*.

- O prazo prescricional para o redirecionamento da execução fiscal em face do sócio coobrigado, quando a dissolução irregular da sociedade empresária ocorrer após a sua citação na execução, terá como termo inicial a data da dissolução irregular e não o despacho que ordenou a citação da pessoa jurídica.

- Somente após a prática de atos com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, surge a pretensão de redirecionamento da execução em face dos sócios, não havendo se falar em transcurso do lapso temporal prescricional para o redirecionamento da execução fiscal em face dos sócios enquanto não ocorrer a dissolução irregular da pessoa jurídica.

- Pelo princípio da *actio nata*, não se pode cogitar o início da prescrição antes do surgimento da ação ou da pretensão ao exercício da ação (TJMG - [Agravo de Instrumento-Cv 1.0338.98.000618-7/001](#), Rel. Des. Renato Dresch, 4ª Câmara Cível, j. em 12/7/2018, p. em 17/7/2018).



Processo Cível - Direito Civil – Indenização – Uso de algemas

Indenização – Danos morais – Abuso de autoridade – Uso de algemas – Exercício regular do direito – Estrito cumprimento do dever legal

Ementa: Apelação. Ação indenizatória. Abuso de autoridade policial. Inocorrência. Preservação da ordem pública. Estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito. Art. 144 da CF/88. Súmula vinculante nº 11. Ausência de ato ilícito. Pretensão de danos morais afastada.

- O fundamento da garantia da ordem pública, tal como demonstrado, basta para validamente evidenciar a ação policial.

- A condução e o uso de algemas se encontram devidamente fundamentados em dados concretos extraídos dos autos que denotam fato grave, por conseguinte, lesão à ordem pública.

- Não há como derruir as premissas em que se louvou o Juízo de origem, na exata medida que não restou demonstrada a prática de qualquer ato ilícito, abuso e/ou excesso por parte dos policiais.

- A ação policial, em face de motivo justificado, presente no caso dos autos, revela exercício regular do direito (*rectius*, dever do Estado) e o estrito cumprimento do dever legal.

- Recurso não provido (TJMG - [Apelação Cível 1.0024.11.330062-8/001](#), Rel. Des. Audebert Delage, 6ª Câmara Cível, j. em 11/7/2018, p. em 20/7/2018).

Processo Cível - Direito Civil – Ação declaratória

Inexistência de débito c/c indenização por danos morais – Anúncio publicitário – Contrato – Assinatura – Funcionário – Teoria da aparência

Ementa: Apelação. Ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Contrato de divulgação de anúncio publicitário. Contrato assinado por funcionário. Aparente detenção de poderes de negociação. Consumidor de boa-fé. Teoria da Aparência. Aplicação. Validade do contrato. Existência de débito. Inadimplemento. Negativação. Exercício regular do direito. Não provimento do recurso.

- A Teoria da Aparência tem por objeto garantir a existência, validade e eficácia de determinados negócios jurídicos celebrados mediante uma situação aparentemente regular que, em verdade, se divorcia da realidade. Trata-se de verdadeiro princípio geral do direito que confere ao contratante de boa-fé segurança jurídica aos legítimos interesses daqueles que procedem de modo correto no negócio.

- Considera-se válido contrato celebrado por funcionário de empresa, mesmo que não detenha poderes para negociação celebrada por ele, desde que aparente ter poderes para tal, induzindo a erro escusável a contratante de boa-fé que tem a



situação como real - aplicação da Teoria da Aparência (TJMG - [Apelação Cível 1.0452.14.008657-3/002](#), Rel. Des. Mota e Silva, 18ª Câmara Cível, j. em 17/7/2018, p. em 19/7/2018).

Processo Cível - Direito Civil – Sentença coletiva – Cumprimento individual

Art. 51 do Provimento Conjunto nº 15/2010 – Justiça gratuita – Autodeclaração de insuficiência de recursos

Ementa: Apelação cível. Cumprimento individual de sentença coletiva. Custas iniciais. Inaplicabilidade do art. 51 do Provimento Conjunto nº 15/2010 em sua redação original. Agravo retido. Justiça gratuita. Requisitos. Restabelecimento. Agravo retido provido. Mérito.

- O art. 51 do Provimento Conjunto nº 15/2010, em sua redação original, não alcança os procedimentos de cumprimento individual de sentença coletiva, pois não se trata de desdobramento do processo sincrético - verdadeiro escopo da norma - mas de instauração de nova relação processual.

- Diante da presunção de veracidade da autodeclaração de insuficiência de recursos firmada por pessoa natural, deve ser-lhe deferida a gratuidade, inexistente óbice em razão de profissão ou de defesa por advogado particular.

- "Os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública nº 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF" (STJ - REsp 1391198/RS, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, Segunda Seção, j. em 13/8/2014, DJe de 2/9/2014). (TJMG - [Apelação Cível 1.0686.14.001450-3/001](#), Rel. Des. José Marcos Vieira, 16ª Câmara Cível, j. em 11/7/2018, p. em 20/7/2018).

Processo Cível - Direito Civil – Resolução contratual

Prova do pagamento – Ônus do devedor – Benfeitorias – Compensação

Ementa: apelação cível. Ação de resolução contratual. Inadimplemento. Prova do pagamento. Ônus do devedor. Art. 373, II, do CPC. Benfeitorias. Compensação. Ausência de reconvenção.

- Em ação de cobrança, o ônus da prova do pagamento é do devedor, nos termos do art. 373, II, do CPC, sob pena de ser condenado a pagar o valor pretendido pelos autores.

- Em se tratando de ação de desfazimento de promessa de compra e venda de imóvel, não deve ser conhecida a pretensão de compensação de valores relativos às benfeitorias não deduzidas através de reconvenção (TJMG – [Apelação Cível 1.0009.14.001495-3/001](#), Rel. Des. José Augusto Lourenço dos Santos, 12ª Câmara Cível, j. em 11/7/2018, p. em 16/7/2018).



Câmaras Criminais do TJMG

Processo Criminal - Direito Penal – Júri

Soberania dos vereditos – Decisão proferida pelo Conselho de Sentença – Tese recursal contrária às provas - Afastamento

Ementa: Apelação criminal. Júri. Homicídio qualificado. Recurso do assistente de acusação. Decisão manifestamente contrária às provas dos autos. Improcedência. Decisão proferida pelo conselho de sentença que encontra amparo em uma das versões apresentadas nos autos. Princípio constitucional da soberania dos veredictos. Súmula nº 28 do TJMG. De ofício. Reanálise de circunstância judicial quanto ao delito previsto no art. 288, parágrafo único, do Código Penal. necessidade.

- A existência de elementos suficientes para demonstrar que o Conselho de Sentença adotou uma das versões apresentadas, com respaldo naquilo que se apurou nos autos, afasta a tese recursal de decisão manifestamente contrária ao conjunto probatório.

- O princípio constitucional da soberania dos veredictos que rege a atuação do Tribunal do Júri, embora não seja absoluto, impede uma interferência da jurisdição superior no âmbito da apreciação da matéria pelo Conselho de Sentença, somente sendo possível submeter o réu a novo julgamento quando houver erro grave na apreciação do conjunto probatório, ou quando a decisão não encontra apoio em nenhuma prova dos autos, nos termos da Súmula nº 28 deste e. TJMG.

- Deve-se proceder à reanálise de circunstâncias judiciais, se necessário, com consequente redução da pena, se for o caso (TJMG – [Apelação Criminal 1.0428.17.000428-0/001](#), Rel. Des. Edison Feital Leite, 1ª Câmara Criminal, j. em 10/7/2018, p. em 18/7/2018).

Processo Criminal - Direito Penal – Tráfico de drogas

Advogado – Ausência de intimação – Preliminar – Rejeição - Decisão meritória favorável

Ementa: Apelação criminal. Tráfico. Preliminar. Superação. Decisão meritória favorável. Absolvição. Necessidade em relação ao segundo apelante. Desclassificação. Viabilidade em relação ao primeiro apelante. Custas. Isenção. Matéria afeta à execução penal.

- A ausência de intimação do advogado para a audiência de instrução e julgamento constituiu nulidade. Entretanto, vislumbrando-se decisão de mérito mais favorável ao réu, impõe-se a rejeição da preliminar e consequente análise meritória.

- Inexistindo provas claras e indúvidas acerca da autoria imputada ao segundo



apelante, imperiosa a sua absolvição, com base no princípio *in dubio pro reo*.

- Não restando suficientemente comprovada a finalidade mercantil do entorpecente apreendido em poder do primeiro apelante, impõe-se a desclassificação para o crime tipificado no art. 28 da Lei nº 11.343/2006.

- Ainda que o apelante esteja assistido pela Defensoria Pública, impõe-se a sua condenação ao pagamento das custas processuais, devendo a alegada miserabilidade jurídica ser examinada pelo Juízo da Execução, a fim de se conceder ou não a isenção reclamada (TJMG - [Apelação Criminal 1.0134.17.000044-9/001](#), Rel. Des.^a Maria Luíza de Marillac, 3ª Câmara Criminal, j. em 10/7/2018, p. em 20/7/2018).

Processo Criminal - Direito Penal – Direito intertemporal – *Novatio legis in melius*

Roubo – Emprego de arma branca – Lei nº 13.654/18 – Decote da majorante – *Novatio legis in melius*

Ementa: Embargos infringentes. Delito de roubo. Decote da majorante do emprego de arma branca. Necessidade. *Novatio legis in melius*. Embargos acolhidos.

- Com a alteração trazida após a edição da Lei nº 13.654/18, a causa de aumento de pena do emprego de arma no delito de roubo foi restringida apenas à hipótese do uso de arma de fogo, não sendo mais caracterizada nos casos em que o agente utiliza de violência ou ameaça, mediante o emprego de arma branca/imprópria. Assim, por ser lei penal mais benéfica, deverá ser aplicada, desde a sua entrada em vigor, a fatos pretéritos, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado, em observância ao princípio da *novatio legis in melius* (TJMG - [Emb Infring e de Nulidade 1.0441.14.003208-3/002](#), Rel. Des. Adilson Lamounier, 5ª Câmara Criminal, j. em 11/7/2018, p. em 18/7/2018).

Processo Criminal - Direito Penal – Resistência – Disparo de arma de fogo – Consunção

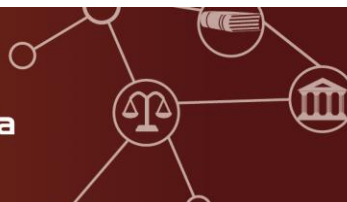
Resistência – Disparo de arma de fogo – Consunção

Ementa: Resistência. Disparo de arma de fogo. Consunção. Descabimento.

- Considerando o disposto no § 2º do art. 329 do Código Penal, é inviável o reconhecimento do princípio da consunção entre as condutas perpetradas na espécie, respectivas aos crimes de resistência e de disparo de arma de fogo, até porque este, crime autônomo, tutela bem jurídico próprio, ao passo que o primeiro - resistência - possui regra legal específica indicativa de cumulatividade.

- Para que seja possível a consunção, via de regra, o crime-meio deve ser menos gravoso que o crime-fim, não sendo esta a hipótese dos autos.

V.v.: - O crime de disparo de arma de fogo, previsto no art. 15 da Lei nº



10.826/03, é tipo penal subsidiário e, por isso, somente se configura quando cometido com a finalidade da prática de outro crime, ainda que menos grave.

- Se o *animus* do agente é de opor-se à execução de ato legal e, com isso, efetua disparos de arma de fogo para alcançar o seu intento, deve o acusado ser absolvido do crime do art. 15 da Lei nº 10.826/03, ainda que a pena seja mais grave que o crime do art. 329 do CP. Precedente jurisprudencial (TJMG - [Apelação Criminal 1.0166.15.000478-5/001](#), Rel. Des. Sálvio Chaves, Rel. para o acórdão Des. Paulo Calmon Nogueira da Gama, 7ª Câmara Criminal, j. em 11/7/2018, p. em 20/7/2018).

Este boletim é uma publicação da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas, elaborado pela Coordenação de Jurisprudência. Sugestões podem ser encaminhadas para coind@tjmg.jus.br.

Recebimento por e-mail

Para receber o *Boletim de Jurisprudência* por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-bje@lista.tjmg.jus.br, e o sistema remeterá uma mensagem de confirmação.

Edições anteriores

Clique [aqui](#) para acessar as edições anteriores do *Boletim de Jurisprudência* disponibilizadas na Biblioteca Digital do TJMG.